

A PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: DESAFIOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

*Jaqueline Barros Vidigal.
Maria Simone Ferraz Pereira.*

Apoio: Fapemig

Introdução

Esse texto objetiva tecer uma reflexão acerca da pesquisa científica em política educacional no Brasil e apresentar breves considerações sobre as epistemologias no campo de pesquisa. Além disso, o trabalho discute limites e possibilidades da investigação em política educacional e as contribuições de algumas abordagens para se pensar esse processo de pesquisa.

Utilizando uma abordagem teórica e bibliográfica, ancorada por autores como Ball (2011), Tello (2012), Stremel (2016), Mainardes (2018), Masson (2014), Krawczyk (2012), dentre outros, o artigo apresenta um panorama geral sobre alguns referenciais teórico e epistemológicos que têm sido utilizados nas pesquisas do campo da política educacional, a partir da discussão com os estudos dos autores citados no referencial bibliográfico.

Inicialmente, este trabalho apresenta e contextualiza o campo da pesquisa em política educacional no Brasil e seu histórico, apontando como este se organizou e quais foram as principais influências em sua constituição, enfatizando aspectos históricos, sociais e políticos. Em seguida, são apresentadas algumas epistemologias utilizadas nos estudos científicos em política educacional e suas principais possibilidades enquanto recurso metodológico. Por fim, as considerações enfatizam os principais desafios e possibilidades para a pesquisa nessa área.

A pesquisa em política educacional no Brasil: breves considerações

A história da pós-graduação, no Brasil, está vinculada às mudanças históricas e sociais da sociedade brasileira e da educação em geral. Segundo Queiroz (2023), a estruturação da pós-graduação, no Brasil, tem sua gênese nos anos de 1930, após a revolução que ocorreu nesse período e que marcou um momento de modernização educacional no país. De acordo com a autora, “[...] o termo “pós-graduação” foi utilizado pela primeira vez no Estatuto da Universidade do Brasil, em seu artigo 71” (p.44).

Neste sentido, a pesquisa sobre educação, no Brasil, é recente e suas primeiras evidências datam do final da década de 1930, quando é criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, em 1937. Para Krawczyk (2012, p. 4), é a partir da década de 1940 que o pensamento educacional brasileiro “[...] adquiriu um caráter político, sociológico e histórico”, época em que os interesses de pesquisa se voltaram, então, para questões sobre a sociedade e os processos educativos existentes, “[...] com a intencionalidade de discernir qual é a função da educação nas relações sociais do país”.

Em relação ao campo de estudos sobre política educacional¹, este “[...] caracteriza-se como um espaço estruturado, relativamente autônomo, de posições e de lutas, no qual os aspectos políticos interferem significativamente, ora no seu capital específico, ora no *habitus* dos seus agentes ou nas relações objetivas entre seus ocupantes”. (Stremel, 2016, p. 39).

Os primeiros estudos em política educacional datam da década de 1950 e segundo Lievore e Bastos (2020), é possível dividi-los em três momentos: o primeiro deles sendo impulsionado por órgãos governamentais com o objetivo de organizar a educação nacional, subsidiando a elaboração de política educacional, de acordo com o contexto das décadas de 1950 e 1960; o segundo pela institucionalização dos estudos em política educacional, a partir da década de 1960, com a criação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), da Associação Nacional dos Pesquisadores em Administração Escolar (ANPAE)² e, na década de 1980, do Grupo de Trabalho 5 (GT5)– denominado Estado e Política Educacional no âmbito da Anped³; e o terceiro momento, no decorrer da década de 1990, a partir do aumento de publicações sobre a temática, criação de grupos, linhas de pesquisas e de periódicos científicos.

A construção do campo de estudos e de pesquisas acadêmicas sobre política educacional possui interface direta com a educação pública e as mudanças políticas que as influenciaram diretamente, assim como com as pesquisas em políticas sociais. Embora existissem cursos de pós-graduação, no Brasil, antes de 1965, foi nesse ano que a Câmara de Ensino Superior (CES), do Conselho Federal de Educação, aprovou

¹ “A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estadobrasileiro”. (Saviani, 2008, p.7). Disponível em Política educacional brasileira: limites e perspectivas. Acesso em 18 mar 2025.

² Na sua fundação em 1961, a ANPAE foi batizada como Associação Nacional de Professores de Administração Escolar. Subseqüentemente, foi denominada Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar, em 1971, em Niterói; Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional, em 1976, em Brasília; Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, em 1980, no Rio de Janeiro; e, finalmente, Associação Nacional de Política e Administração da Educação, em 1996, em Brasília, denominação vigente até hoje. Disponível em: Nossa história - ANPAE Acesso em 16 março 2025.

³ O Grupo de Trabalho 05 “Estado e Política Educacional” foi, oficialmente, criado em 1986, na 9ª Reunião anual da Associação. Porém, “Segundo registros do Informativo ANPEd (1986, Vol. 8 nº 1), desde a 7ª. Reunião Anual, que ocorreu em Brasília em maio de 1984, esteve “em pauta a discussão de um Grupo de Trabalho sobre Política, Administração e Planejamento da Educação” (p. 03). Entretanto, só veio a se concretizar na 9ª. Reunião Anual ainda com este nome provisório e com coordenação pró-tempore”. Disponível em: <http://www.anped.org.br/internas/ver/historico-gt-5?m=5>. Acesso em 13 março 2025.

o parecer nº 977⁴ que instituiu oficialmente a pós-graduação no Brasil (Cury, 2005). Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a política educacional brasileira era abordada como estudo de planejamento educacional ou administração da educação. Somente na década de 1980 é que a política educacional começa a ganhar uma maior legitimidade, em detrimento da intensa mobilização social que ocorria face à redemocratização⁵ do país. Nesse sentido, a política educacional, aos poucos, permeou os espaços de debates institucionais.

A partir dos anos de 1990, um conjunto de propostas apresentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a organização dos programas de pós-graduação em linhas de pesquisa, marca a expansão do campo acadêmico da política educacional (Stremel, 2016). Nesse contexto, foram organizadas linhas de pesquisa sobre política educacional, assim como grupos de pesquisa que se ocuparam do estudo das temáticas relacionadas à política educacional e que trouxeram contribuições importantes para a estruturação desse campo de discussão e estudos.

Observa-se, nesse cenário, que o estudo em política educacional tem um nexo orgânico com as relações envolvendo o Estado e a sociedade civil. Para Silva (2001, p. 44), as pesquisas em políticas públicas consistem em um “[...] campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento”. Isso permite a compreensão de que tal temática possui pressupostos epistemológicos, filosóficos, políticos e sociais que são atravessados pela análise das bases de organização social e políticas assumidas pela sociedade em um determinado momento histórico.

Ao se analisar o percurso histórico das políticas públicas de educação, no Brasil, é possível entender as suas principais concepções e metodologias, seus tipos e modelos, relacionando-os com a sua materialidade histórica e os articulando com os paradigmas teóricos na área da pesquisa, em determinado contexto histórico. Neste sentido, observa-se que os estudos em políticas públicas educacionais as destacam como “[...] políticas públicas de corte social [...]” (Silva, 2001, p. 37), visto que abrangem diferentes momentos históricos, principalmente a partir de meados dos anos de 1990 em diante. Sobre esse objeto de estudo, Mainardes (2018, p. 189) diz que “[...] é a análise da política educacional formuladas pelo aparelho do Estado, em seus diferentes níveis e esferas (federal, estadual, municipal)”.

Nesse contexto, é possível compreender o porquê das pesquisas em políticas públicas de educação se modificarem ao longo do tempo, especialmente em função das relações estabelecidas entre o Estado capitalista e a sociedade civil (Vieira, 2007), refletindo diretamente nas análises das pesquisas, no grau de intervenção do Estado nas questões sociais (a partir da formulação e da implementação da políticas e dos

⁴ O Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação (CFE), foi aprovado em 3 de dezembro de 1965. Este parecer definiu os cursos de pós-graduação no Brasil, sendo um marco legal para o desenvolvimento deste nível de ensino no país. Disponível em: CAPES - Catálogo de Atos Administrativos Acesso em 16 março 2025.

⁵ A redemocratização do Brasil foi um processo que ocorreu duas vezes na história do país, em 1945 e entre 1974 e 1985, ambas após períodos ditatoriais de governo.

programas de caráter educacional) e nas relações subentendidas quando se analisa determinada política pública. Sobre isso, Höfling (2001, p. 30) diz que as relações “[...] consideradas fundamentais é a que se estabelece entre Estado e políticas sociais, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico”.

De acordo com Vieira (2007), o estudo das políticas públicas prioriza como objeto de análise o governo em ação, tendo como base as grandes questões públicas em curso e as formas como elas influenciam diretamente na sociedade. Entretanto, como advertem Serafim e Dias (2012), estas não podem ser compreendidas somente no âmbito das realizações do Estado, mas também nas lacunas deixadas por ele.

Pela complexidade que perpassa a discussão abordada acima, faz-se necessário refletir sobre as perspectivas teóricas nas pesquisas em política educacional. Durante a década de 1960, a pesquisa em política educacional teve forte influência da área da economia, ganhando destaque os estudos sob a perspectiva da Teoria do Capital Humano⁶, posição coerente com a política do país, que passou a privilegiar o planejamento de custos, a eficiência e as tecnologias no ensino profissionalizante (Gatti, 2001). Na década de 1970, como reflexo da concepção tecnicista predominante, que apontava má administração dos sistemas e das escolas como uma das principais causas dos problemas educacionais, as áreas de concentração predominantes nas pesquisas eram sobre administração de sistemas educacionais, ensino, aconselhamento e planejamento educacional. (Santos & Azevedo, 2009).

Ainda durante a década de 1970, sob um processo ditatorial, desenvolveu-se uma estrutura universitária que, junto aos movimentos sociais, em muitos aspectos se mobilizou para evidenciar a lógica presente na sociedade. Entretanto, vale ressaltar que não foi uma posição homogênea que esteve presente no interior das universidades, mas sim a lógica governamental do período. Assim sendo, foram produzidas pesquisas com críticas ao sistema vigente, sustentadas por novas perspectivas teóricas e metodológicas. Nesse contexto, a área de pesquisa em política educacional, “[...] que estava focada, principalmente, nos estudos de administração escolar, começou a estabelecer diálogo com outras perspectivas teóricas, sobretudo marxistas⁷, que

⁶ A teoria do capital humano é uma teoria econômica que afirma que investimentos em educação e saúde podem aumentar a produtividade das pessoas, o que pode influenciar o crescimento econômico. Nesse sentido, com a publicação dos estudos de Mincer (1958), Schultz (1964) e Becker (1964), constatou-se que, além da atribuição do capital físico à teoria do crescimento econômico, havia outra variável implícita nos modelos estudados ainda não atribuída a essa teoria: o capital humano. Para esses estudos, a abordagem clássica dos modelos de crescimento econômico, que incorporava os fatores de produção, era insuficiente para explicar a elevação da produtividade e do crescimento que ocorria em alguns países e regiões. Disponível em SciELO Brasil - Capital humano e crescimento econômico Capital humano e crescimento econômico. Acesso em 18 mar 2025.

⁷ A perspectiva marxista em pesquisa científica é um método dialético que busca compreender a sociedade capitalista e as relações sociais. O pensamento de Karl Marx (1818-83) difere das correntes filosóficas que o antecederam e inaugura uma nova abordagem metodológica, porque assume determinada posição do pesquisador em relação ao objeto, numa indissociável correspondência entre a elaboração teórica e a formulação metodológica. Disponível em SciELO Brasil - O método em marx: a determinação ontológica da realidade social O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social Acesso em 16 março 2025.

levaram à construção de uma perspectiva crítica da administração escolar” (Krawczyk, 2012, p.5).

No final dos anos de 1980 e mais especificamente no início dos anos de 1990, se iniciam várias reformas educacionais⁸ justificando a necessidade de adequar o sistema educacional aos ditames do sistema produtivo.

De acordo com Shiroma et al. (2011), a implementação deste ideário, no Brasil, teve início no governo de Itamar Franco (1992-1995), mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997) que a reforma efetivamente ocorreu. Sob a ideia de que por meio da política educacional seria possível tornar a educação mais eficiente, preparando melhor os indivíduos para o mercado de trabalho, tais reformas crescem paralelo ao aumento significativo do número de cursos de pós-graduação em educação, espalhados nas diversas universidades brasileiras; de entidade; de associações e grupos de debate; de estudos e pesquisas; e da difusão do conhecimento sobre a área da política de educação em geral.

O rumo das políticas educacionais estava centrado na busca da conquista da cidadania moderna. Neste sentido, a concepção do conhecimento se ancora em ações de saber fazer para ser útil; saber usar, pela interação; e saber se comunicar. O papel da escola como sociabilidade fica esvaziado de um conhecimento emancipador, se amplia a proteção do risco social e da vulnerabilidade (Shiroma, *et al.*, 2011).

Desta forma, ao longo dos anos, conforme evidenciado, muitos estudiosos se debruçaram em produzir conhecimento sobre a relação entre Estado, política e política educacional, tais como Mainardes (2009, 2018); Santos e Brito (2020); Tello (2011, 2012); Ball (2011); Saviani (2019), Höfling (2001), Vieira (2007) dentre outros, que tomaram tal problemática como objeto de estudo, a partir dos mais diversificados focos de análise - como os processos sociais e educacionais - e variados referenciais teórico-metodológicos.

Mainardes (2009), ao estudar a análise da política educacional, no Brasil, apresenta algumas considerações teórico-metodológicas sobre o assunto e aborda a importância, tanto da análise metodológica quanto da forma como o pesquisador compreende e se posiciona frente às questões políticas. Ele apresenta um debate sobre a análise de política educacional no Brasil, assim como seus principais problemas. Por meio de alguns referenciais, o autor enfatiza a natureza processual da política educacional, destacando a relevância de se investigar e compreender o contexto de influência no processo de formulação das políticas. O autor afirma que

[...] embora alguns desses trabalhos incluam discussões presentes na literatura internacional sobre análise de políticas (por exemplo, aquelas abordagens e discussões metodológicas publicadas em inglês ou francês), pode-se argumentar que ainda são escassas as

⁸ Essas reformas foram acompanhadas da implantação de políticas neoliberais que se tornaram mais evidentes a partir da década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em novembro de 1995, elaborado por Bresser Pereira, titular do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE).

publicações que apresentam as discussões teóricas e abordagens metodológicas que compõem a vasta literatura internacional sobre a análise de políticas. Além disso, as abordagens convencionais e lineares da análise de políticas parecem ter sido mais fortemente incorporadas nas pesquisas e publicações brasileiras do que as abordagens críticas e dialéticas (Mainardes, 2009, p.6).

Observa-se que as pesquisas sobre política educacional, em sua maioria, se concentram na análise da gênese, do desenvolvimento e da consolidação do campo da política educacional, com foco na discussão sobre seus avanços e dificuldades. Outras, analisam as causas e efeitos da proximidade desse campo de estudos com o campo político propriamente dito, explorando as complexas relações entre eles. Esses estudos demonstram a importância e a consolidação das pesquisas em política educacional enquanto campo científico acadêmico, cujas variações conceituais refletem suas bases epistemológicas. (Mainardes, 2009).

Importante destacar que, em paralelo ao crescimento das pesquisas em políticas públicas educacionais, ampliaram-se também as exigências quanto aos processos teórico-metodológicos deste tipo de investigação, bem como em relação ao papel e importância destas análises, sobretudo no contexto brasileiro de desmonte do Estado de direito, que vem ocorrendo nos últimos anos, mais especificamente com o golpe jurídico, política parlamentar que aconteceu em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Saviani, 2019).

Neste sentido, Azevedo (2004) enfatiza a necessidade de se pensar a produção de um conhecimento em política educacional capaz de contribuir para a (re)construção de um sistema educacional que possa questionar e combater uma ordem social, política e econômica injusta e desigual, bem como de criar condições e elementos para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A questão epistemológica na política educacional: reflexões necessárias

A pesquisa acadêmica, por ser uma investigação científica, requer uma rigorosa fundamentação epistemológica, que se traduz em uma explicação que evidencia o posicionamento teórico do pesquisador. Chizzotti (1991) define epistemologia como uma área da filosofia que investiga a natureza do conhecimento, seus fundamentos e as justificativas que validam tal conhecimento como verdadeiro.

O enfoque, por sua vez, refere-se ao modo como se constrói metodologicamente a pesquisa, com base em perspectiva e posicionamento específicos. Como nenhuma metodologia é neutra, ao explicitar suas bases teóricas o pesquisador deve manter certa vigilância epistemológica para garantir coerência entre o referencial teórico, as opções metodológicas, as análises e as conclusões.

Tello (2012) considera que o enfoque das epistemologias no estudo de política educacional é um esquema analítico-conceitual que pode ser empregado pelo próprio pesquisador para o exercício da reflexividade e da vigilância epistemológica. Sob a perspectiva de que todo trabalho de pesquisa se vincula a determinadas concepções epistemológicas, o autor indica a necessidade de os trabalhos conterem um posicionamento teórico e um enfoque epistemológico⁹. Defende também, que o pesquisador explicita seu posicionamento epistemológico, o que enriqueceria suas análises.

Tello e Almeida (2013), ao estudarem sobre epistemologia no campo da pesquisa em política educacional, se ancoram na obra do sociólogo Pierre Bourdieu para apresentar a pesquisa em política educacional como um “campo científico” emergente e em vias de organização, que pode ser caracterizado por eixos, como: a) problemática e limitação no desenvolvimento investigativo na prática educativa; b) debates epistemológicos em política educativa; c) epistemologias para análise e investigação em política educativa; d) história do campo da política educativa; e) investigação analítica de autores referentes em epistemologia, política educativa e realidade na América Latina. Desta forma, concluem que “[...] as pesquisas em política educativa não são neutras, e assim, se apresentam como campo dos estudos epistemológicos em política educativa, que se cristaliza no enfoque das epistemologias da Política Educativa (EEPE)” (p.12). Os autores apontam para o fato de que “[...] existem diversas epistemologias de política educativa” (p.13). Por isso, vários são os posicionamentos e perspectivas epistemológicas utilizadas na investigação.

Sobre as Epistemologias da Política Educativa (EEPE) Tello (2012) definiu três elementos da EEPE, sendo eles: perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e enfoque epistemológico. Simultaneamente, buscou também definir uma metodologia para análise de publicações de política educacional, por meio da metapesquisa, que se refere ao processo de tomar um conjunto de textos (artigos, teses, dissertações, livros, capítulos, relatórios de pesquisa etc.) como objeto de reflexão e análise. A etapa inicial é a seleção do material bibliográfico, seguido de leitura sistemática e da identificação dos seguintes marcos: a perspectiva epistemológica, o posicionamento epistemológico, o enfoque epistemológico, o tipo de pesquisa (natureza teórica, pesquisa empírica, comentários ou críticas), os marcos teóricos (conceitos), os autores de referência, os níveis de abordagem e abstração (descrição, análise e compreensão) e a abrangência da pesquisa (local, regional, nacional, global).

Sobre o enfoque da EEPE, com base em Tello (2012), Mainardes (2017, p. 4) explica seus componentes analíticos: a) a perspectiva epistemológica “[...] refere-se à

⁹ Exemplos para uma compreensão das diferenças dessas categorias: a) perspectivas teóricas: marxismo, neomarxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, pluralismo etc.; b) posicionamentos teóricos: críticos, críticos radicais, crítico-analíticos, teóricos da resistência, humanistas, economicistas etc.; c) enfoques epistemológicos: pós-modernidade, hiperglobalista, cético, neoliberal, perspectiva transformadora, funcional-analítico; da complexidade etc. Para Tello (2009), a identificação de um posicionamento teórico torna-se mais difícil no trabalho de pesquisadores que utilizam modelos pluralistas ou ecléticos. Em geral, estes tendem a utilizar uma “excessiva neutralidade teórica”.

cosmovisão que o pesquisador assume para orientar a sua pesquisa [...]” (marxismo, estruturalismo, existencialismo, pluralismo e outros); b) posicionamento epistemológico “[...] está vinculado ao campo de estudo, constituindo o posicionamento do pesquisador com relação ao objeto de estudo [...]” (crítico, neoliberal, jurídico-legal, pós-moderno - trata-se da posição política); c) o enfoque epistemológico “[...] é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa a partir de uma determinada perspectiva epistemológica e a coerência entre os vários tópicos da pesquisa [...] (objetivos, referencial teórico, metodologia, análises, conclusões)”.

Referindo-se ao EEPE, Saviani (2013) explica que

[...] a expressão epistemologia da política educacional estaria referindo-se à análise do caráter científico da política educacional. Considerando que a teoria do conhecimento ou gnosiologia tem por objeto o estudo das condições de possibilidade, legitimidade, valor e limites do conhecimento humano, se deduz que a epistemologia tem por objeto o estudo das condições de possibilidade, legitimidade, valor e limites do conhecimento científico. Em consequência, a epistemologia da política educacional apontaria ao estudo das condições de possibilidade, legitimidade, valor e limites do conhecimento científico que se pode produzir sobre a política educacional. (Saviani, 2013, p. 497).

Nesse sentido, Mainardes (2009), ao utilizar o banco de dados de teses e dissertações cujo tema central tratava de uma política pública educacional específica e de outras que abordaram questões teórico-metodológicas de análise de política educacional, identificou várias limitações nesse campo. Dentre estas, destaca o fato de que algumas pesquisas não explicitam os pressupostos teóricos, exceto aquelas fundamentadas em referenciais consistentes, como: materialismo histórico-dialético, estruturalismo e pós-estruturalismo. Observou também, algumas pesquisas inconsistentes, sem delimitação dos princípios que fundamentaram as suas análises, assim como outras que pouco se articularam com o contexto macro, com o sistema social-político-econômico.

Ball (2011) defende a necessidade urgente de teorização na pesquisa em educação. Para o autor, a teoria ocupa um papel central na tomada de decisões epistemológicas, contribuindo para a complexidade conceitual e oferecendo um método de reflexão e compreensão das condições para a produção de conhecimento. Em suas contribuições, ele menciona dois tipos de epistemologia importantes no processo da pesquisa em políticas públicas: a epistemologia profunda e a epistemologia de superfície.

O autor refere-se, dessa forma, aos pilares fundamentais da pesquisa, em termos epistemológicos. Para Ball (2011), a epistemologia de superfície preocupa-se com as relações entre conceitualização, desenho e condução da pesquisa e interpretação. São “[...] reflexões relativamente mundanas sobre o acesso a dados, o *status* de interpretação do autor, validação do entrevistado etc.” (p. 162). Em

contrapartida, uma pesquisa com uma epistemologia profunda busca explicitar e problematizar os pressupostos teóricos empregados, bem como as bases discursivas ou econômicas utilizadas para compreender o objeto de investigação. O autor justifica enfatizando que política é um processo social, relacional, temporal e discursivo. Por isso, uma epistemologia profunda deve se envolver com questões mais amplas dos pressupostos de poder, verdade e subjetividade.

Ainda de acordo com Ball (2011), a maioria das análises em pesquisas sobre políticas públicas não tem sido muito sofisticada teoricamente e, em muitos casos, não é embasada por teoria alguma. Além disso, ele afirma que uma boa parte das análises se sustentam em um pressuposto implícito, e não discutido, de racionalidade e de coerência. Segundo ele, isso traz distorções ao trabalho, visto que ele defende a posição de que a política não é um processo muito racional e ordenado, sendo necessário pensar teoricamente sobre a possibilidade de irracionalidade e de desordem.

Esse pensamento pode ser relacionado à análise de Boaventura de Sousa Santos, em sua obra “Epistemologia do sul” (2010), na qual ele aprofunda uma crítica a epistemologia hegemônica pela sua postura dogmática frente a realidade, bem como seu uso para justificar a dominação e a exclusão. Para este autor, o modelo epistemológico hegemônico está em crise e, por isso, novos paradigmas estão emergindo. Ele enfatiza a necessidade de se romper com o dogmatismo epistemológico, estabelecendo nas pesquisas os parâmetros de uma epistemologia profunda, que busca explicitar e problematizar os pressupostos teóricos empregados, bem como as bases discursivas utilizadas.

No Brasil, Mainardes e Ball (2011) identificam duas abordagens principais nas investigações em política educacional: (a) estudos teóricos, que focalizam o papel do Estado, a história e o processo de formulação de políticas; e (b) a análise e avaliação de políticas específicas. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a análises partem do macro contexto político para as micropolíticas colocadas em prática.

Nesse sentido, Höfling (2001), traz uma reflexão importante que diz respeito à necessidade de se conhecer as concepções teóricas que estão implícitas nas propostas dos estudos em políticas públicas. A autora sugere que as análises sobre as políticas públicas não fiquem restritas aos instrumentos de avaliação e medição. Para além disso, elas devem “[...] referir-se às ‘questões de fundo’, que basicamente informam sobre as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação e os modelos de avaliação aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer” (p. 30). Essas questões de fundo citadas dizem respeito à concepção de sociedade e de política que embasam a formulação e a implementação das políticas públicas. Por isso, é imprescindível verificar essas concepções e quais correntes teóricas fundamentam as implementações da política pública que está sendo estudada.

Nas pesquisas sobre políticas públicas, especialmente nos grupos de trabalho da Anped,¹⁰ observa-se uma forte influência da tradição marxista de análise, sob a luz do materialismo histórico-dialético, referência hegemônica nas ciências sociais. A pesquisa que se desenvolve por esse viés considera os determinantes econômicos, históricos, políticos e culturais, evidenciando a complexa realidade social presente nos vários momentos históricos. De acordo com Netto (2011), no materialismo histórico-dialético, a teoria é uma modalidade de conhecimento do objeto que busca compreender a estrutura dinâmica de sua existência real efetiva, independente das representações do pesquisador.

Masson e Flach (2018), por meio de um estudo, realizaram um levantamento de teses e dissertações sobre política educacional que indicavam a utilização da perspectiva marxista (materialismo histórico-dialético), procurando identificar como as categorias do método (práxis, totalidade, mediação, contradição e historicidade) foram utilizadas no estudo e como elas se articulam com as categorias da obra marxiana (trabalho, mais valia, alienação, ideologia, classes sociais e Estado). As autoras apresentaram um levantamento de teses e dissertações sobre política educacional defendidas no período de 1990 a 2010, e utilizaram o referencial marxista, no período de 2006 a 2010. A partir do levantamento foi possível mapear a frequência do uso das categorias, tanto do método quanto do conteúdo da obra marxiana. Ao final do estudo concluíram que “[...] a pesquisa em política educacional, sob a perspectiva marxista, implica tomá-las como um complexo que só pode ser entendido na sua relação com outros complexos que formam a totalidade social. Isso quer dizer que as categorias da obra marxiana são fundamentais para se compreender a complexidade da sociedade regida pelo capital”. (p. 14).

De acordo com Gomide e Jacomeli (2016), para que a pesquisa seja materialista histórico-dialética, exige-se uma constante revisitação e reconstrução da teoria, justamente porque esse enfoque parte da historicidade do fenômeno e a dialética parte do movimento, da mudança. Assim sendo, o conhecimento histórico necessita ser revisitado e reconstruído constantemente.

A articulação entre as particularidades e a universalidade da política educacional, sob o enfoque materialista histórico-dialético, enriquece as reflexões decorrentes do processo de investigação, pois o caminho do método é, neste caso, partir do concreto para o teórico, para depois retornar, por meio de uma viagem de volta, ao concreto (Marx, 2008). Ou seja; parte-se do específico para o geral e retorna-se ao específico, entendendo que o conhecimento teórico será o conhecimento do objeto real e efetivo, independente do sujeito que o analisar, pois “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a

¹⁰ Os Grupos de Trabalho são instâncias de aglutinação e de socialização do conhecimento produzido pelos pesquisadores da área de educação. São 23 GTs temáticos, que congregam pesquisadores de áreas de conhecimento especializadas. Além de aprofundar o debate sobre interfaces da Educação, definem atividades acadêmicas das Reuniões Científicas Nacionais da ANPED. Disponível em Grupos de Trabalho | ANPED. Acesso em 16 março 2025.

essência do objeto (...) mediante a pesquisa, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (Netto, 2011, p. 22).

Neste sentido, Subtil (2016) reflete sobre a complexidade das condicionantes às quais está atrelada uma política educacional. Considerando que a implementação de uma política pública é marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos, não é possível captar o significado desta sem compreender a lógica do sistema orgânico do capital. Desta forma, a pesquisa sobre política educacional demanda um método específico para sua compreensão, de forma a captar os seus aspectos contraditórios, em especial para a educação, visto que isso “[...] supõe o entendimento de que as demandas dos grupos sociais esbarram no papel inerente ao Estado, no modo de produção capitalista, com sua histórica função de garantir a acumulação do capital” (p. 8).

Masson e Mainardes (2013), no texto *Las contribuciones de la perspectiva marxista para la investigación sobre políticas educativas* destacam que o método marxista, nas pesquisas sobre política educacional, possibilita: a) Compreender a natureza das determinações sócio ontológicas para delimitar os desafios educacionais para a superação da produção capitalista; b) Captar as determinações mais universais que surgem do sistema orgânico do capital com suas contradições no campo ético, científico, cultural, político e educacional; c) Propor uma análise da política a partir de uma totalidade social (gênese, desenvolvimento, contradições e relações), tratando a política educacional em seu contexto histórico e não em seu aparente isolamento.

O texto de Costa (2014), por sua vez, enfatiza as contribuições do método marxista sobre as pesquisas em política educacional destacando que esse posicionamento epistemológico só terá significado se efetivamente estiver comprometido com a crítica à produção academicista, que visa exclusivamente o cumprimento de regras relacionadas ao positivismo, à metafísica e à pseudoneutralidade. Todavia, “[...] a partir do materialismo histórico-dialético, o estudo e a compreensão da realidade educacional só fazem sentido se estiverem articulados à defesa da superação da sociedade capitalista, ou seja, à promoção da emancipação humana”. (Masson, 2014, p. 233).

Em relação aos pressupostos gerais para a análise das políticas na perspectiva marxista, observa-se que a discussão sobre categorias e conteúdos nestas pesquisas leva à compreensão de que a política educacional se sustenta pela forma como o Estado se constitui e suas relações de produção. Desta forma, ancorado nesta perspectiva, é possível compreender em que medida as políticas públicas legitimam o poder econômico, ideológico e político do Estado capitalista, assim como permite compreender, com maior clareza, as contradições presentes nas políticas, quando estas são apresentadas sob uma perspectiva progressista (educação para todos, educação para o trabalho, emancipação, socialização do conhecimento etc.), camuflando o real discurso e pressupondo uma agenda oculta na política educacional em vigor.

Nesta perspectiva, analisar políticas públicas para a educação requer mapeamento de legislações, análise de suas similaridades e diferenças, de forma que seja possível apreender o movimento dialético das permanências e superações e as consequências impostas aos sujeitos e instituições alvos destas políticas. Para além

disso, identificar e analisar as contradições presentes na implementação de determinada política educacional supõe o entendimento de que as demandas dos grupos sociais inseridos neste contexto esbarram, em última instância, no papel do Estado, no modo de produção capitalista, que tem na sua função histórica a acumulação de capital. Afinal, “[...] as políticas educacionais fazem parte da totalidade social [...] O estudo da sua gênese, de seu movimento e de suas contradições direciona a pesquisa para a constante busca de um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes.” (Gomide e Jacomeli, 2016, p.72).

Ao analisar a pesquisa em políticas educativas a partir da teoria marxista, Masson (2014) relaciona questões centrais marxianas - tais como o trabalho, as relações sociais de produção, alienação, ideologia, Estado e emancipação humana - com a pesquisa em política educativa, enfatizando que “[...] as políticas educativas na América Latina ainda são um campo em construção, considerando que as investigações ainda carecem de referenciais analíticos consistentes e uma definição mais clara do objeto de investigação” (p. 56).

Portanto, relacionando com a discussão de Ball (2011), é possível inferir que a epistemologia do campo de pesquisa em política educacional apresenta potencialidades, porém, exigirá do pesquisador o trabalho denso de articulação e construção de um referencial teórico-metodológico que o possibilite capturar a complexidade das políticas públicas e, ao mesmo tempo, romper com discursos considerados hegemônicos.

Tello e Almeida (2013), compreendem que os estudos em política educacional podem ser entendidos também como processos emancipatórios e, por isso, fazem parte de “[...] um projeto de sociedade que não mais se justificam a produção de conhecimento com ações isoladas, desagregadas e despolitizadas”. (p.230).

Considerações finais

Os estudos sobre política educacional no Brasil demonstram que o conjunto de reformas educacionais que se refletiram em políticas públicas, vem, ao longo dos anos, sujeitando a educação à lógica neoliberal, cujas práticas sociais estão alicerçadas numa relação meramente econômica. Nesta proposta educativa referendada pela lógica neoliberal, as concepções de sociedade e escola presentes primam pelo individualismo, exclusão e competitividade. Quando as políticas educacionais implementadas são fruto de uma ideologia na qual “a educação é condição necessária para a reprodução econômica e ideológica do capital” (Cruz, 2003, p.16), ideais como igualdade de oportunidades, participação e autonomia passam a ser subordinados à lógica racional do mercado e as reformas na área educacional ficam reduzidas ao cumprimento de objetivos que atendem, prioritariamente, ao imperativo econômico.

Conforme discutido ao longo deste texto, ao mesmo tempo em que a educação passou a ter centralidade na pauta política, houve também o crescimento dos estudos

e das análises da política educacional, sendo o campo científico alimentado pelas políticas em ação e influenciado pelos condicionantes advindos destas. Portanto, a política educacional é uma forma de materialização da ação do Estado no campo da educação e destes programas emergem os objetos que dão vida aos estudos científicos.

Observa-se que, como projeto científico, as pesquisas precisam se ancorar em uma epistemologia que permita análises e conclusões consistentes, com base em critérios de cientificidade, como: objetividade, adequação e verificabilidade. Afinal, o processo de pesquisa, conforme apontado pelos autores aqui referenciados, exige exame e avaliação crítica das políticas implementadas, seus processos e profundidades teórico-metodológicas no trato das informações, no estudo de cada política em específico e na investigação do objeto e do seu contexto histórico. Já como projeto político, a pesquisa em política educacional deve se comprometer com critérios de análise que envolvem legitimidade, justiça social, igualdade e criticidade.

O contexto atual indica que, no Brasil, o campo de pesquisa em política educacional ainda se encontra em fase de expansão e busca de consolidação. As pesquisas aqui apontadas indicaram que se trata de um campo em construção, ainda com diversas questões a serem resolvidas, como: uma melhor definição de seus objetos de estudo, a ampliação dos referenciais teóricos para a análise de políticas, a conceituação do que é política educacional, a internacionalização dos estudos de política educacional, a ampliação da interlocução com a ciência política, ciências sociais, economia, bem como com as contribuições que resultam do desenvolvimento contínuo da teoria social, em um sentido amplo.

Desta forma, as investigações sobre política educacional precisam ampliar seus aportes teórico-metodológico, visando ir além do conteúdo científico produzido, efetivando um processo continuado de debater questões relevantes, a partir de uma análise comprometida com uma perspectiva crítica e reflexiva em suas múltiplas relações. Para isso, é importante repensar: as bases teóricas e empíricas que fundamentam os trabalhos, assim como a participação do pesquisador como sujeito crítico na condução dos estudos; os contextos; as interferências e os modelos ou concepções de Estado, Governo e projeto educacional que permeia a produção das pesquisas.

Portanto, ressalta-se a importância de uma escolha epistemológica aprofundada na pesquisa científica sobre política educacional, pois as metodologias adotadas e os pressupostos teóricos envolvidos na pesquisa influenciam diretamente a compreensão do objeto de estudo. Ou seja, o caminho metodológico escolhido “[...] determina a forma como o pesquisador compreende a realidade, a maneira como ele se posiciona em relação ao objeto de estudo e os métodos que utilizará para gerar conhecimento” (Gil, 2008, p. 31). Desta forma, o conhecimento das múltiplas perspectivas epistemológicas permite uma análise mais crítica e robusta e, por consequência, uma pesquisa mais consistente, relevante, rigorosa, reflexiva e socialmente responsável.

Referências

- AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BALL, S. J. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Política educacional: questões e debates**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 78-99.
- BALL, S. J. Sociologia da política educacional e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal da política educacional e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Política educacional: questões e debates**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-53.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COSTA, R. C. O método materialista histórico e dialético e a práxis revolucionária: contribuições às análises das Políticas Educacionais. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDOS EPISTEMOLÓGICOS EM POLÍTICA EDUCATIVA, 2., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ReLePe, 2014. p. 1-21.
- CRUZ, Rosana Evangelista. **Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão do capital internacional?** Curitiba: UFPR, 2003.
- CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, set./dez. 2005. DOI: 10.1590/S1413-24782005000300002.
- GATTI, Bernardete. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional. **Caderno de Pesquisa** — FCC, São Paulo, n. 113, jul. 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. **O método de Marx na pesquisa sobre política educacional**. Políticas Educativas – PolEd, 2016.
- HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. DOI: 10.1590/S0101-32622001000300003.
- KRAWCZYK, N. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Política Educacional**, n. 12, jul./dez. 2012. p. 03-11.
- LIEVORE, Sue Elen; BASTOS, Roberta Freire. **Bases epistemológicas das pesquisas em política educacional: alguns apontamentos**. Pró-Discendente, v. 26, n. 1, p. 164-175, 2020.

- MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, jan./abr. 2018. p. 186-201.
- MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-metodológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33/e173480/2017.
- MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, jan./abr. 2009.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MASSON, G. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre política educacional: contribuições do materialismo histórico-dialético. In: CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M. A. da (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em Educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 201-225. (Coleção Políticas Públicas de Educação).
- MASSON, G.; FLACH, S. O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em política educacional. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa [online]**, v. 3, p. 1-15, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.3.011>.
- MASSON, G.; MAINARDES, J. Las contribuciones de la perspectiva marxista para la investigación sobre Políticas Educativas. In: TELLO, C. (Comp.). **Epistemologías de la Política Educativa**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 319-348.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- QUEIROZ, A. F. de. Breve histórico da Pós-Graduação no Brasil: Implicações para uma lógica de produtividade. **Rev. C&Trópico**, v. 47, n. 2, p. 41-56, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETROPv47n2\(2023\)art3](https://doi.org/10.33148/CETROPv47n2(2023)art3).
- SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, J. B. dos; NASCIMENTO, J. D. do; BRITO, F. de J. S. A produção do conhecimento em política educacional no Brasil e o papel das pesquisas e dos estudiosos: contribuições do ciclo de políticas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 90603–90620, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-464>.

- SAVIANI, D. Epistemología de las políticas educativas: algunas precisiones conceptuales. In: TELLO, C. (Coord. y Comp.). **Epistemologías de la política educacional**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 495-500.
- SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Revista HISTEDBR (Online)**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 291-304, abr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652795>.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 4. ed., 2011.
- SILVA, M. O. da S. e. Avaliação das políticas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, M. O. da S. e. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001. p. 44-65.
- STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- TELLO, C.; ALMEIDA, M. de L. P. (Org.). **Estudos Epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- VIEIRA, S. L. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.